



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Relatório de Informações Gerenciais
Setorial (RIGER) do 1º Semestre-2018**

**DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E
FINANÇAS (DGPCF)**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE-2018		
	DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS (DGPCF)		
Período de Referência: 1º SEMESTRE/2018	Emitido em: Julho de 2018	Aprovado por: Diretor Geral da DGPCF	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS	3
2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	4
3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS ..	5
4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS	5
5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	5
6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	6
7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	7
8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS	7
9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS	8
10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	9



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE DE 2018.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS (ATÉ JUNHO/2018)

ORÇAMENTO E FINANÇAS Fonte: DGPCF	ACUMULADO ATÉ JUNHO/2018	
ORÇAMENTO (2018):	R\$	4.579.754.219,00
Fonte 100/101 (TJ):	R\$	3.075.642.219,00
Fonte 230 (TJ):	R\$	591.664.000,00
Fonte 232 (FETJ):	R\$	862.533.000,00
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	49.915.000,00
DESPESAS (TOTAL ATÉ JUNHO/2018)	R\$	2.026.130.946,92
Fonte 100 (TJ):	R\$	1.414.490.504,71
Fonte 230 (TJ):	R\$	260.505.848,80
Fonte 232 (FETJ):	R\$	331.883.825,57
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	19.250.767,84
RECEITA (TOTAL ATÉ JUNHO/2018)	R\$	2.358.002.668,72
Fonte 100 (TJ):	R\$	1.414.490.504,71
Fonte 230 (TJ):	R\$	481.380.349,62
Fonte 232 (FETJ):	R\$	438.721.483,13
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	23.410.331,26
<i>Fonte 100 (TJ): Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do PJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>		
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça.</i>		
<i>Fonte 232 (FUNARPEN): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>		
<i>Fonte 230 (TJ): Recursos Próprios.</i>		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE DE 2018.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PESSOAL Fonte: DGPES / DGPCF-ASTEAC	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (ATÉ JUNHO/2016)	
• Despesa Líquida de Pessoal (Fonte 100): R\$ 2.796.499.495,65	
• % Limite LRF: 5,35% (referente ao 1º quadrimestre 2018)	

ORÇAMENTO E FINANÇAS Fonte: DGPCF	
CUSTO UNITÁRIO DO PROCESSO NO PERÍODO (ATÉ JUNHO/2017*):	
• R\$ 1.553,09 *	
* Custo do processo extraído em junho de 2017. Cabendo esclarecer que a equipe responsável pelo processamento (DGTEC) do Relatório de Custos-RAC, em reunião realizada do dia 05/04/2018 com ASTEC(DGPCF), delimitou um cronograma para extração e atualização do dados do RAC, que continua paralisada (<i>junho de 2017- última extração</i>).	

2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ- Continuação (Processo TJ nº 160.136/ 2016)	100%	15%	Aguardando o cumprimento integral da Entrega 1.4 prevista para Julho/2018: Procedimento licitatório para aquisição do sistema administrativo – fase interna (conclusão do Edital e respectiva publicação).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE DE 2018.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

INDICADORES ESTRATÉGICOS	
GRÁFICO	COMENTÁRIO
<NÃO APLICÁVEL>	

INDICADORES OPERACIONAIS									
GRÁFICO	COMENTÁRIO								
<p style="text-align: center;">RESULTADO NO PERÍODO - 2º Trimestre/2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Categoria</th><th>Valor (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>LINHA DE BASE</td><td>78,13%</td></tr><tr><td>RESULTADO ATUAL</td><td>27,10%</td></tr><tr><td>META</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>	Categoria	Valor (%)	LINHA DE BASE	78,13%	RESULTADO ATUAL	27,10%	META	100,00%	<p>O percentual de 28% (a meta era de 50%) do valor total dos projetos estratégicos, foi influenciado por dois fatores: 1- Inexecução do Projeto - Parque Tecnológico, o qual representa 34,02% do valor total previsto dos projetos estratégicos e apresentou execução de 15% em relação ao valor previsto e, 2- Execução de 37% do valor previsto do Projeto de Obras.</p>
Categoria	Valor (%)								
LINHA DE BASE	78,13%								
RESULTADO ATUAL	27,10%								
META	100,00%								

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Monitoramento e gestão contínua da despesa com pessoal ativo do PJERJ, com vistas ao respeito aos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Estudos de impacto que respaldaram a concessão de reajustes nos valores dos benefícios pagos a magistrados e servidores;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE DE 2018.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Aprimoramento na análise dos processos de aquisições de materiais e contratações de serviços sob a ótica da economicidade (ver Destaques de Economicidade).
- Em 06 de março de 2018 foi publicado o AVISO 15/2018 do Presidente do TJERJ, comunicando a transferência dos Depósitos Judiciais Residuais custodiados no Itaú Unibanco S.A. para o Banco do Brasil S.A.
- Implementação de melhorias nos processos de trabalho com a reestruturação promovida por meio da Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017, em continuidade com a Resolução TJ/OE/RJ nº 15/2016, em especial com a otimização das rotinas de trabalho.
- A absorção de novas rotinas por esta DGPCF, como por exemplo a prestação de contas de adiantamento (Ato Normativo 03/2018), convênios, bem como os que utilizam recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária (Ato executivo nº 246/2017, alterou o Ato Executivo nº 1453/2014).
- Elaboração e análise de cálculos do Regime de Pagamento de Precatórios, apresentado pelos municípios, em conformidade com a nova Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017 (alterou os artigos 101 a 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal).
- O Plano de Ação Governamental- PAG, do biênio de 2017/2018 foi aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 05/2018 em 19 de março de 2018, bom como o Plano Estratégico. O que proporcionou a sua respectiva regularização, no tocante ao planejamento e a execução orçamentária concretizado pelos técnicos da Assessoria de Planejamento e Orçamento- ASPLO (DGPCF).

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

- Implementação do E- Social (DEFIN)
- Implementação do EFD Reinf (DEFIN)
- Continuar com as tratativas com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, para divulgação da GRERJ Eletrônica Tributária (DEGAR);
- Modernização da Gestão Fiscal (DGPCF), por ser projeto estratégico foi abordado no item 2;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE DE 2018.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

No que diz respeito aos processos de aquisição e de contratações de serviços, dando prosseguimento na análise dos processos sob a ótica da economicidade, principalmente no que tange à metodologia empregada nos quantitativos e preços estimados, foi customizada e sugerida ao Setor de Logística a adoção de planilha específica de controle de quantitativo para uma estimativa mais depurada, de acordo com a experiência construída por essa Assessoria na análise de economicidade desde maio/2016, buscando maior aderência à realidade. Tal planilha tem se mostrado efetiva no atendimento às diretrizes da E. Presidência visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários.

Também cabe destacar a atuação colaborativa em reuniões, tratativas para ajuste de metodologia, que refletem no processamento dos órgãos demandantes e que impactam na origem da despesa, resultando em economia e otimização da tramitação processual.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal	X			
Tecnologia da Informação		X		Implementação do Sistema REINF/E-SOCIAL–(DEFIN). Regularização do processamento do Relatório de Custos. (Extração do Mês de julho/2018). Conforme reunião Conjunta DGPCF/DGTEC, realizada em 05/04/2018. O Sistema Modernização da Gestão Fiscal (Projeto Estratégico), não foi implementado.
Infraestrutura	X			

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE DE 2018.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças-DGPCF tem por missão “gerir, de forma eficiente, os recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional”.

Ocorre que com o agravamento do quadro fiscal no Estado do Rio de Janeiro, que culminou no reconhecimento do estado de calamidade pública (Lei nº 7.483/2016), a Administração Superior deste Poder Judiciário foi instada a adotar medidas necessárias ao equilíbrio financeiro e orçamentário (Ato SN 1/2017, Processo TJ nº 2015-38878).

No ano de 2017 foi autorizado o contingenciamento das despesa orçamentárias - Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 7.514/2017). A lei estadual nº 7627/2017 estendeu o Estado de Calamidade Pública do Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018.

Em 09/06/2017 foi autorizado o Plano de Recuperação Fiscal (Lei nº 7629/2017). Em 30/06/2017 foi constituída as Normas e Diretrizes Fiscais do Regime de Recuperação Fiscal- RRF (Lei Complementar nº 176/2017).

Cabendo lembrar que no último quadrimestre do ano de 2016, o PJERJ atingiu o percentual de 5,99% da Receita Corrente Líquida (RCL), já no 3º Quadrimestre de 2017 o percentual foi para 5,52%.

No 1º Quadrimestre de 2018, o PJERJ estabeleceu o índice de 5,35% da RCL, respeitando assim, todos os limites descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF (Lei Complementar nº 101/2000).

Por fim, o Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro tem com período de vigência de 2017-2020).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

PLANILHA DE INDICADORES									
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.									
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ				
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO (IE – 48)			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-				
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado
PERIODICIDADE	trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	x	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	(Valor executado nas iniciativas estratégicas) / (Valor disponibilizado para tal)							SENTIDO DE MELHORIA	MM
META	Executar 100% das iniciativas estratégicas previstas no orçamento de 2018					ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2017/2018	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2018	1º Trimestre/18		2º Trimestre/18		3º Trimestre/18		4º Trimestre/18	
		12,69%		27,10%		-		-	
RESULTADOS NO PERÍODO									
LINHA DE BASE (2017)	78,13%								
RESULTADO ATUAL	27,10%								
META	100,00%								
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 2º trimestre deveria se situar entre 45% a 55%. Através dos dados consignados no mês de junho de 2018 depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 27,10% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 50%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico, o qual representa 34,02% do valor total previsto dos projetos estratégicos e apresentou execução de 15,19% em relação ao valor previsto; bem como pela execução de 36,83% do valor previsto do Projeto Estratégico Plano de Obras, este influenciado sobremaneira pela prorrogação do prazo contratual da obra de Readequação do Fórum Central (proc. 2013/230520). Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 30/06/18.</p>								
AÇÕES GERENCIAIS	Os projetos estratégicos que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da DGPCF-ASPLO, com atuações junto as unidades organizacionais responsáveis.								
Responsável pela emissão do relatório:		Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Responsável (aprovação e divulgação):		Maria Cláudia Binato - 01/21888		Data: 18/07/2018